

6

Conclusão

A revolta ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 1880 trouxe à tona a discussão sobre a participação da população nas questões políticas. O segundo reinado foi tratado como um período em que se estabeleceu uma certa paz social. As últimas revoltas que marcaram a sociedade brasileira haviam cessado em 1842, momento em que se registrou o movimento liberal ocorrido em Minas Gerais. A partir daí o Estado imperial se consolidou.

Na cidade do Rio de Janeiro, não ocorreram registros de grande movimento social até 1880, apesar de todos temerem a eclosão de movimentos liderados por negros como havia ocorrido na Bahia. Na Corte, bem como em todo o país, a escravidão tencionava a sociedade, principalmente, nas grandes cidades, onde os números de negros que circulavam pelas ruas da cidade cresceram, a partir da do fim do tráfico de escravos.

A dificuldade em identificar o escravo do homem livre, uma vez que os negros alcançaram maior mobilidade no final do século XIX, provocou vicissitudes sociais que produziram outras formas de controle sobre essa população.

À medida que se aproximava o fim da escravidão maior era o controle da sociedade feita pelas instituições públicas. Afinal, o controle sobre os escravos não ficava mais a cargo, único e exclusivamente nas mãos de seus senhores. As novas relações entre escravos e senhor, estabelecidas no final da escravidão, permitindo que escravos “vivessem sobre si”, já não exigiam o controle rígido sobre seus atos. Diante desses fatos o Estado mudou sua postura e passou a agir com o intuito de conter a massa de libertos que circulava pela cidade. Não se tratava apenas da inibição sobre os crimes mais comuns, o Estado precisou utilizar outras instituições, tal como a Junta Sanitária, com a finalidade de estabelecer novos padrões de comportamento, civilização, costumes, bem como controlar e conter as “classes perigosas”.

As mudanças de que tratamos representam as mudanças históricas que resultavam do fim das bases com as quais até agora o Estado imperial se sustentara,

entre eles podemos apontar a escravidão. No entanto, não pretendemos tratar a revolta apenas como um resultado das articulações entre base/estrutura, como até então os movimentos sociais vêm sendo tratados. A pretensão dessa dissertação era, justamente, romper com esse paradigma que ao nosso entender reduz em demasia as perspectivas de reflexão sobre a participação política da população. Portanto, não procuramos relacionar a Revolta de Vintém como determinação das mudanças econômicas ocorridas no final da escravidão. As possibilidades de interpretação decorreram de uma análise mais voltada para a compreensão das intenções dos próprios agentes sociais.

A sociedade da cidade transformava-se e junto com ela, mudavam também as relações estabelecidas entre Estado e sociedade. De fato, essas mudanças revelavam a desarticulação dos interesses entre os grupos sociais no final do século XIX, todavia não deve figurar apenas como justificativa ou mesmo, como exemplo da decadência do Estado imperial e o avanço das idéias republicanas. A revolta de 1880 expressou, a nosso ver, o momento em que os grupos politicamente engajados tentavam se fazer ouvir, encontrando fôlego, para demonstrar seus descontentamentos, nas ruas da cidade, palco de visibilidade social.

As vozes que ouvimos de “viva a república”, na realidade não foram vozes de pessoas comprometidas com um ideal político, nem tampouco uma aglomeração disforme de uma massa apolítica como os movimentos populares eram até a pouco tempo tratados pela historiografia tradicional. À medida que vemos a aproximação da eclosão da revolta, percebemos o acirramento dos ânimos nos discursos dos jornais que reproduzimos. Vimos que a população foi conclamada a aparecer nas ruas com a finalidade de demonstrar seus descontentamentos ao Imperador e ao próprio Gabinete, por causa das manobras políticas para a aprovação do aumento das passagens dos bondes.

Como observamos, a idéia dos políticos e jornalistas de ordem e participação pacífica não correspondia àquele movimento iniciado no dia 1º de janeiro de 1880. A população na rua não seguiu a direção de “revolução pacífica” como conclamavam os oradores dos palanques improvisados no centro da cidade do Rio de Janeiro e nem as reivindicações dos “homens comuns” que participaram da revolta e promoveram os

distúrbios na cidade conforme os jornais relatavam. Os quebra-quebras, as agressões à polícia e mesmo a algumas autoridades demonstraram que o ânimo dessa gente era outro. Não se tratava de uma luta para a implantação da República como muitas vezes a revolta do vintém foi tratada.

O interesse dessa gente comum estava na necessidade de alargamento da participação na política, num momento histórico no qual os grupos marginais criavam possibilidades e diferentes estratégias para manterem direitos que julgavam importantes em uma sociedade na qual a maioria da população parecia destinada ao silêncio.

A revolta de 1880, não foi, então, provocada somente pela insatisfação dos grupos comuns com o aumento sobre a passagem de bonde, ou mesmo contra o Gabinete de Sinimbus, essas eram as perspectivas de intelectuais, do final do século XIX, que viam o sistema republicano como uma possibilidade política para a ascensão de seu grupo. O aumento sobre as passagens e, o movimento que daí ocorreu, permite-nos compreender o comportamento político dessa população que havia ficado à margem da política do Estado imperial.

As manifestações de rua cresceram, uma vez que era o espaço de maior visibilidade política. As ruas da cidade refletiam essa tensão política existente entre os grupos que compunham a sociedade. De um lado o povo que a vivenciava cotidianamente na lida diária fazendo desses locais pontos de informações e participação, de outro, a elite que olhava o espaço da rua com ar desconfiado e amedrontado, como se ali estivessem o perigo e as classes perigosas. As expectativas desses grupos também diferiam, enquanto a elite pensava a cidade como uma vitrine da nação e do país, idéia que se vinculava à capitalidade exercida pela cidade durante séculos e, de outro, espaço de representação política dos habitantes dessa cidade.

A compreensão sobre o movimento de 1880 perpassa pela compreensão do comportamento desses grupos marginais, à medida que observamos os aspectos culturais e históricos que estavam envolvidos quando da eclosão da revolta. Por isso, não deixamos de analisar as mudanças políticas, sociais e culturais as quais marcaram o final do século XIX.

O aumento das críticas feitas ao Estado, o fim da instituição econômica, que até

então o sustentaram e a ascensão política de grupos marginais evidenciava novos projetos de sociedade. Mesmo que os projetos de sociedade desse grupo marginalizado não tenham ficado muito visíveis nas documentações trabalhadas, uma vez que os registros foram feitos por jornalistas e mesmo pelas autoridades policiais, optamos por seguir as prerrogativas de Thompson quanto à análise dos movimentos populares.

Dessa forma, não buscamos compreender a Revolta do Vintém sobre a luz do ideal republicano, mas verificar o que havia de peculiar nesse processo, ou seja, as possíveis experiências, interesses, valores, símbolos e idéias que deram significado político a tal manifestação. Ao ganhar as ruas esses homens não tinham, talvez, um programa político definido e elaborado para combater o Estado imperial, todavia, assumiram uma nova perspectiva de luta social que ganhou as ruas naquele momento.

No primeiro momento o motivo que propiciou os conflitos, tinha um caráter imediatista, uma vez que estava relacionada ao aumento das passagens de bondes ocasionando maiores gastos a uma população pobre que dependia dos transportes públicos. Mas o que se seguiu, foi um movimento mais amplo que refletia as transformações sociais do final do século XIX.

Com o aumento da população da cidade, cresceu, também, a demanda por novos campos de atuação do Estado tais como: a criação de empregos, um transporte público mais eficiente e barato, moradias para os trabalhadores em áreas salubres e na questão sobre a instrução pública, assuntos anteriormente atribuídos a particulares, enfim, um governo que atendesse a essas necessidades crescentes.

As antigas instituições sociais do Império já não atendiam as novas demandas, como vimos anteriormente. Mesmo Dom Pedro II, conforme Lilia Schwarcz (1998) diz, já não parecia mais interessado nas questões políticas, quando retornou ao Brasil após uma visita ao exterior, assistiu à queda do Gabinete Conservador e ao crescimento do Partido Republicano “quase como espectador”. Abandonou, também, uma série de rituais tais como o ato do beija-mão e mesmo, o uso dos trajes majestáticos. Os súditos notavam a decadência até mesmo no desleixo com as carruagens e as condições ruins do palácio imperial. Os sinais de cansaço e da decadência da monarquia tornavam-se cada vez mais visíveis a partir da década de 70

do século XIX. Ainda segundo a autora, ao descuidar da imagem da realeza, o imperador deixava-se mais evidente as fragilidades e instabilidade do Estado brasileiro.

Por isso, o movimento sobre a cobrança de impostos pôde ser tratado à luz dessas mudanças. A lógica para a compreensão sobre a eclosão da revolta está inserida nesse contexto histórico no qual cada grupo social buscou uma afirmação política em um momento de instabilidade política da própria monarquia. A intenção de vários grupos social no que diz respeito à participação política, traz significados muito diferentes para o movimento do dia 1º de janeiro. Sendo assim, cada qual com um pensamento, contribuiu para que o movimento fugisse do controle das lideranças que convocavam o povo para uma manifestação pacífica. Existiam muitos interesses em torno da cobrança desse imposto sobre as passagens, então cada um desses grupos utilizava o espaço mais conveniente para a defesa de seus interesses. Uns utilizavam os jornais, enquanto outros, sem voz, utilizaram as ruas para se fazer, não somente ouvir, mas representar.